

*Capítulo preparado para o livro “Estudos de Paz: correntes e debates”, de Roberta Maschietto, Marcos Alan S. V. Ferreira e Paulo Kuhlmann (orgs.). Favor não citar antes da publicação da obra*

## **As origens dos Estudos para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra**

*Marcos Alan S. V. Ferreira (UFPB)*

### **Introdução**

A questão da paz tem sido ao longo do tempo uma questão premente para a convivência humana. Filósofos têm escrito milhares de páginas indicando o caminho para indivíduos e sociedades alcançarem a paz. Seres considerados sagrados para religiões e filosofias espiritualistas de tempos em tempos trazem à luz possibilidades de uma vontade divina ou interna para um mundo pacífico. Além disso, inúmeros ativistas, empreendedores sociais e políticos – tais como Mohandas Gandhi, Muhammad Yunus, Paulo Freire, Bahá'u'lláh, Martin Luther King Jr., Chiara Lubich, John P. Lederach, dentre tantos outros – trabalharam de forma prática a fim de promover e consolidar a paz a partir da ênfase em diferentes abordagens (como por meio da educação e resistência não violenta).

Conforme é relatado por Nigel Young – editor da obra seminal *The Oxford International Encyclopedia of Peace* – em um repasse histórico sobre as tradições conceituais sobre a paz,

graças a um século de desenvolvimentos na sociedade civil, o significado de paz tem se ampliado para incluir um amplo espectro de temas positivos. Em áreas como direitos humanos e civis, desarmamento, gênero, pobreza global, desenvolvimento e meio ambiente, a influência de vários movimentos tem sido imensos. Com estas influências vêm também um conceito mais amplo de paz, uma paz que envolve uma pacífica metodologia de ação (YOUNG, 2014, p. 157).

O desenvolvimento destas diferentes tradições da paz, bem como dos diferentes métodos para promover a paz no futuro, serão fruto de análises posteriores nesta obra. O que nos interessará neste capítulo é compreender como tem sido a elaboração da conceituação sobre paz e suas ideias correlatas, tais como violência, conflito e guerra. A ideia aqui é prover uma visão geral de um termo em constante evolução, tendo como objetivos específicos explorar três pontos: 1) como se desenvolveu o conceito de paz ao longo da história; 2) a sistematização e desenvolvimento dos Estudos para a Paz (EPP) como um campo do conhecimento das ciências sociais; 3) os conceitos centrais desenvolvidos ao longo da história dos Estudos/Pesquisa para a paz desde seu surgimento.

Na primeira seção será feito um repasse histórico, provendo ao leitor uma contextualização de como a ideia de paz se desenvolveu desde as tradições religiosas antigas até o engajamento social de Mohandas Gandhi, bem como a influência deste último nos debates posteriores. Na seção subsequente, será discutido como os EPP tornaram-se um campo de conhecimento específico nas ciências sociais, com uma origem peculiar e ontologia e epistemologia próprias. Na última seção, o objetivo é fornecer ao leitor uma introdução dos principais conceitos ligados à ideia de paz, tais como a paz em si mesma, conflito, violência e guerra.

### **O conceito de paz através da história: influências religiosas, o pensamento Ocidental e o papel de Mohandas Gandhi**

Entender a evolução do conceito de paz ao longo da história torna-se importante para uma compreensão global do tema, olhando para diferentes tradições, bem como para os antecedentes históricos deste importante conceito. Como examinaremos nas páginas seguintes, a construção da ideia de paz não é linear e é difícil falar sobre uma compreensão universal do que é a paz. No entanto, olhando de maneira holística tanto as tradições orientais como ocidentais, pode-se abarcar um quadro global aberto a diferentes perspectivas, que avance para além da perspectiva ocidental do conceito.

Quando olhamos ao longo da história, logo se nota a riqueza do conceito de paz, assim como a sua ligação com valores espirituais construídos na história humana. Muito do seu surgimento se deve a um entrelaçamento da ideia de paz que flutua entre crença e ação. Ho-Won Jeong esclarece que

a busca pela paz interna e comunal deriva de um pensamento ideal em busca da vida espiritual. Desde os primórdios do pensamento humano, tem existido um claro entendimento que a guerra não é um fenômeno natural nem uma irreversível vontade dos deuses. Um mundo pacífico pertence a uma sociedade onde as pessoas possam trabalhar e viverem juntas em harmonia e amizade (JEONG, 2000, p.7).

Esta derivação da paz como continuidade da vida espiritual pode ser vista em várias denominações religiosas ao redor do globo. Religiões orientais e suas filosofias – tais como o Budismo, o Taoísmo e o Confucionismo – colocam ênfase na ligação profícua entre vida espiritual e justiça social. Culturas nativas americanas e tradicionais africanas trazem a necessidade do homem estar em paz com o planeta, respeitando o meio ambiente e seus reinos (JEONG, 2000, p.7). Por sua vez, embora a paz não seja proeminente no Tanach (תנ"ך), algumas passagens pressupõem que no futuro “uma nação não mais pegará em armas para atacar outra nação, elas jamais tornarão a preparar-se para a guerra” (BARASH & WEBEL, 2002, p.5).

De uma ideia enraizada em valores espiritualistas no Oriente e em parte da doutrina judaico-cristã, a paz avança como conceito em paralelo com o desenvolvimento do pensamento ocidental. A filosofia grega sugere que um mundo pacífico significaria a falta de distúrbios civis baseados na substância moral da humanidade. Em tal comportamento subjaz um princípio de cidadania mundial, como expresso por Platão e Sócrates. A *Stanford Encyclopedia of Philosophy* esclarece que Platão direciona parte do seu discurso em Protágoras (337c7-d3) conclamando uma unidade universal pacífica entre os homens. Como cita essa enciclopédia, referenciando-se a Platão,

*Meus senhores aqui presentes, creio eu que todos são aparentados, familiares e concidadãos – por natureza, não por lei. Porque qualquer coisa que é semelhante a outra é, por natureza, aparentada com aquela a que se assemelha; mas a lei, que é um tirano entre os homens, força a muitas coisas contrárias à natureza.*

(PLATÃO apud STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2013).

Essa ideia cosmopolita fundamentada numa paz entre os homens ganharia fôlego na Europa do século XV quando o rei Jorge de Poděbrady sugere uma proposta de paz entre os reinados europeus. Soma-se aí o fato de que após a Guerra dos Trinta Anos seria visto o estabelecimento de um tratado em prol da paz, conhecido como Tratado de Vestfália, que, embora não tenha criado uma situação de paz completa entre os grupos políticos rivais europeus, teve sua importância em deliberar a autodeterminação dos povos diante da Igreja Católica e em permitir a existência de fronteiras para evitar guerras fratricidas como foi usual por décadas.

Este era somente um pontapé para um debate mais amplo impulsionado pelo Iluminismo. Dentro deste movimento científico e cultural, violência e conflito passam a ser vistos como um grande mal por iluministas como John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Já o filósofo francês Charles-Irénée Castel, ou Abbé de Saint-Pierre, torna-se um pioneiro naquele movimento pela paz ao escrever uma obra específica sobre o assunto, o chamado “Projeto para tornar a Paz Perpétua na Europa”, em que sugere um tratado entre todas as nações europeias em uma “Grande Aliança”, um exército europeu e o estabelecimento de uma Assembleia Europeia. Esse grande debate do iluminismo pode ser visto como uma primeira tradição nos conceitos de paz ocidentais, que dariam origem a uma segunda tradição.

Como uma evolução da tradição iluminista sobre paz, temos posteriormente o chamado racionalismo cosmopolita. Aperfeiçoando a ideia de paz de Saint-Pierre, em “A Paz Perpétua”, Immanuel Kant generalizou as proposições do seu antecessor ao incluir todos os povos – e não somente europeus – numa paz cosmopolita universal guiada por acordos e instituições. A obra é estruturada em duas partes e se fundamenta na suposição de que alcançar a paz seria fácil ao se definir os direitos dos Estados soberanos em um sistema internacional e ao se prevenir um Estado de intervir no governo de outro. A primeira parte descreve os passos a serem tomadas imediatamente para tornar a paz perpétua, a saber:

1º. “Não deve viger nenhum tratado de paz como um tal que tenha sido feito com a reserva secreta de matéria para uma guerra futura” (Ak. 343. p. 26);

2º. “Nenhum Estado independente (pequeno ou grande, isto vale aqui igualmente) deve poder ser adquirido por um outro Estado por herança, troca, compra ou doação” (Ak. 344, p. 26);

3°. “Exércitos permanentes (miles perpetuus) devem desaparecer completamente com o tempo” (Ak. 345. p. 27);

4°. “Não deve ser feita nenhuma dívida pública em relação a conflitos exteriores do Estado” (Ak. 345. p. 28)

5°. “Nenhum Estado deve imiscuir-se com emprego de força na constituição e no governo de um outro Estado” (Ak. 346. p. 29);

6°. “Nenhum Estado em guerra com um outro deve permitir hostilidades que tenham de tornar impossível a confiança recíproca na paz futura; como tais são: emprego de assassinos (percussores), envenenadores (venefici), quebra da capitulação, instigação à traição (perduellio) no Estado com que se guerreia, etc (Ak. 346. p.30).” (KANT, 1795)

Na segunda parte, três Artigos Definitivos proferiam não meramente o cessar de hostilidades, mas também a base para construção da paz:

1. “A constituição civil de cada Estado deve ser republicana”
2. “O direito dos povos – *Das Völkerrecht* – deve ser fundado sobre um federalismo de estados livres”
3. “Uma lei da cidadania mundial deve ser limitada a condições de hospitalidade universal” (KANT, 1795)

O racionalismo cosmopolita de Kant ressoa de diferentes maneiras na ciência política moderna e contemporânea. Primeiro, a concepção do republicanismo como uma base para a paz deu margem para o surgimento séculos depois da chamada teoria da paz democrática, que coloca as democracias como hesitantes em se engajarem no conflito armado quando identificadas com outras democracias. Segundo, suas ideias influenciaram o internacionalismo liberal, que argumenta que os Estados liberais devem intervir (direta ou indiretamente) em outros Estados soberanos no sentido de buscar objetivos condizentes com a liberdade política e de mercado – uma ideia fortemente disseminada na política externa de certos países ocidentais como Estados Unidos e França, em especial após a publicação dos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson. Terceiro, inspirado pelas ideias kantianas, outro importante trabalho sobre a função do comércio para promoção da paz veio ao debate em 1909 quando foi publicado *A Grande Ilusão*, de Norman Angell. O autor sugere que o comércio moderno faz a guerra não ser rentável, mesmo para nações vitoriosas. Isso se dá pelo fato da guerra entre nações industriais serem fúteis, dado que a conquista não paga os custos das mortes resultantes, o que faria da possibilidade da guerra uma grande ilusão de progresso.

Nigel Young relembra que um renascimento de ideais pacíficos foi previamente solapado pela realidade da sociedade internacional do século XIX. Segundo ele, ... o iluminismo e o racionalismo liberal na década de 1750... foram traduzidos em ideias internacionais socialistas e liberais que bifurcaram no século XIX. As versões mais idealisticamente otimistas daquelas [ideias] foram duramente golpeadas – primeiro pela carnificina das guerras napoleônicas, depois pela Grande Guerra” (YOUNG, 2013, p.159). Adicionalmente, o encerramento dos sonhos internacionalistas tiveram como símbolo o Palácio da Paz e as Conferências de Haia (1899 e 1907), assim como o fracasso da Segunda Internacional Comunista em seus esforços de prevenir a guerra.

Para além do iluminismo e do discurso racional cosmopolita, inovações ao conceito de paz emergiram posteriormente tanto no Ocidente como em uma abordagem revolucionária na Índia do século XX. Logo, uma terceira tradição emergiria no Ocidente praticamente como um resultado ideológico sobrevivente da Primeira Guerra Mundial. Estes são os movimentos pacifistas, que surgem com protestantes radicais e outros remanescentes do puritanismo de esquerda, tais como os Quakers e outras minorias proféticas que, por séculos, viam a guerra como uma instituição ímpia. Embora pequenos, com o passar dos anos os movimentos pacifistas constituíram-se como um forte lobby através de pressão política e da efetividade de seus projetos sociais humanitários.

Uma quarta tradição – desta vez unindo Oriente e Ocidente – surgiria no início do século XX. Como explica Young,

... uma quarta tradição emergia em 1918, que, embora incluísse aquelas influências ocidentais, trouxe valores não ocidentais para o diálogo global. Primeiro e antes de mais nada, após o desembarque de Gandhi na Índia da África do Sul em 1917, o crescente impacto da teoria e prática da ação não violenta (*satyagraha*) foi sentido para além de ambas as nações. Hinduísmo, bem como outros elementos (por exemplo, Sikh), foram adicionados em uma mistura de Tolstoianismo com cristandade Quaker. Então se colocaram elementos de uma desobediência civil Thoreauana e um socialismo humanista. Esta mistura de utopia e pragmatismo foi fundida numa filosofia enraizada “verdadeiramente” na ação social (YOUNG, 2013, p.159).

Compreender a ação gandhiana pela paz através da não-violência exige compreender a inspiração que guiou o líder hindu. Como mencionado por Barash &

Webel, foi no épico hindu *Mahabharata*, que contém os elementos mais importante do Livro Sagrado para o Hinduísmo, *Bhagavad Gita*, que Gandhi se inspirou para sua ação não-violenta. A relutância de um dos personagens centrais do épico, Arjuna, em lutar em um conflito armado é superado pelo convencimento do Deus Krishna, que argumenta a Arjuna que a luta pelo dever altruísta deveria ser levada a cabo. Foi este contexto que inspirou Mohandas Gandhi “como uma alegoria para subjugar o eu individual e buscar ideais mais elevados” (BARASH & WEBEL, 2002, p.5).

A ação pela paz conduzida por Gandhi teve impacto marcante, incorporando pacifistas do mundo todo em uma visão unívoca da importância da não-violência e da discussão ativa sobre paz. Para Gandhi, o amor não violento (ahimsa) era um conceito central e somente seria alcançado por meio da compaixão e tolerância por outros povos, o que, por sua vez, requeria esforço constante, experimentação e erro. A ideia de satyagraha, ‘força da verdade’, por sua vez, refletia o comprometimento com a verdade e aderência mental aos objetivos de amor e respeito mútuo, fundamentais para o ahimsa

A vida de Gandhi inspirou posteriormente vários acadêmicos que estudaram e ainda estudam questões da paz, assim como ativistas e personalidades como Martin Luther King Jr, Albert Einstein, Desmond Tutu e Nelson Mandela. Baseados no *Weltanschauung* de Gandhi, o século 20 passa a ver novos movimentos pelos direitos civis, pelo fim da opressão através da ação não-violenta e a luta contra o colonialismo. Como resumido por Nigel Young ao se referir a Gandhi, “a gama mundial de projetos de paz e de transformação social que adotaram tais métodos é um tributo ao seu poder e relevância” (YOUNG, 2013, p. 159).

### **Origens, ontologia e epistemologia dos Estudos/Investigação para a Paz**

Ao longo da história, não foi apenas a busca da transformação social capitaneada por pessoas como Gandhi que inspiraram a evolução do conceito de paz. A divisão ideológica testemunhada depois de duas Guerras Mundiais politizou a concepção de paz, nas quais percepções de mundo divididas entre o espectro capitalista e socialista afirmavam que a sua visão de paz seria precisa o suficiente para promover uma mudança estrutural no mundo.

Como sabemos, a divisão ideológica diminuiu significativamente após diferentes processos políticos ao final do século XX. Além disso, mesmo com a queda de Cortina

de Ferro e da perda de influência do socialismo, o mundo liberal não cumpriu a promessa de um mundo mais pacífico. Em vez disso, continuamos a ver um mundo atormentado por guerras civis, por deslocamentos que resultam em milhões de refugiados e a ocorrência de inúmeros abusos de direitos humanos – apenas para mencionar algumas das aflições de um mundo ainda em afligido por tensões da desigualdade, injustiça e conflito.

Embora os anos 1930 e 1940 vissem uma onda crescente de estudos preocupados com a questão da paz nas ciências humanas (ver SOROKIN, 1937; WRIGHT, 1942), foi na década de 1950 e 1960 que se testemunharia um aumento drástico dos estudos sistemáticos sobre a paz. A dinâmica da Guerra Fria, somada ao temor do retorno de uma Guerra Mundial e novos ataques nucleares, fizeram com que bem-intencionados cientistas sociais – tais como Lewis Fry Richardson e Quincy Wright – refletissem mais profundamente sobre como promover a paz de maneira consistente e contínua, sistematizando as compreensões sobre a paz que vem desde a antiguidade até o século XX. É nesse ínterim que surge nos Estados Unidos e Europa uma onda crescente de departamentos e núcleos de pesquisa voltados à compreensão da paz e conflitos, na qual Johan Galtung na Noruega (um fundador do Peace Research Institute of Oslo), Anatol Rapoport na Universidade de Michigan (EUA) e Kenneth Boulding na Universidade de Stanford University (EUA) “ofereceram uma saída sã às alternativas de abordagem de destruição assegurada mútua do Dr. Fantástico<sup>1</sup>, bem como a teóricos como Henry Kissinger e Herman Kahn e outros apóstolos da dissuasão nuclear e da Guerra Fria” (YOUNG, 2013, p. 168).

É deste engajamento de cientistas sociais norte-americanos e europeus que surgem os Estudos para a Paz. Embora as mesmas questões ontológicas ao redor da paz fossem tratadas em diferentes centros acadêmicos, seria o *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Oslo de Pesquisa sobre Paz), liderado por Johan Galtung, a primeira instituição a utilizar o termo<sup>2</sup>. Por sua vez, foi Elise Boulding juntamente com Kenneth Boulding e outros acadêmicos como Anatol Rapoport e Herbert Kelman, que

<sup>1</sup> Filme satírico de Stanley Kubrick, lançado em 1964, que trata da irracionalidade da dissuasão nuclear no contexto da Guerra Fria.

<sup>2</sup> Além de Galtung, a equipe no início do PRIO consistia de mais cinco pesquisadores: o psicólogo Otto Klinberg, a socióloga Ingrid Eide, a cientista política Mari Holmboe Ruge, a antropóloga Arne Martin Klausen e o historiador Sivert Langholm. O mesmo instituto lançaria em 1964 um dos mais importantes periódicos da área, o *Journal of Peace Research* (GALTUNG, 1985).



criariam o primeiro periódico dedicado ao estudo da paz e conflitos em 1957, o *Journal of Conflict Resolution*.

Os pesquisadores desta corrente focaram desde o início não somente no perigoso jogo de influência entre potências, mas também nos fatores econômicos e sociais comumente relegados ou entendidos como secundários. Peter Wallensteen, um dos mais engajados pesquisadores deste movimento desde a década de 1970, resume de maneira concisa o que é esse campo do conhecimento, como ele caminha e o que examina. Segundo ele,

o objetivo dos Estudos [ou Pesquisas] para a Paz são de compreender as causas da violência e maneiras de reduzir ou remover essa violência. (...) Pesquisas para a Paz é também sensível a mudanças históricas e circunstâncias locais, pelas quais certamente devem e podem guardar sua autonomia e direção central. Algumas mudanças sociais constituem desafios para os paradigmas existentes de Pesquisa para a Paz e levam a novos campos de investigação. Em outros tempos, desenvolvimentos históricos confirmaram a agenda existente. De qualquer forma, o diálogo com as realidades da paz e as agitações formam e afetam o crescimento da pesquisa sobre paz. Ela toma um perfil diferente sob diferentes circunstâncias. (...) Ela será exposta às mudanças na metodologia da ciência. Focos regionais diferem, as regiões têm diferentes prioridades com relação aos conflitos e a resolução de conflitos (WALLENSTEEN, 2001, p. 9-10).

Esta nova onda de institutos e acadêmicos examinando a paz durante a Guerra Fria desafiou o ramo das ciências sociais que até então vinha investigando temáticas transnacionais mormente com um viés estatocêntrico – especialmente os campos de Ciência Política e Relações Internacionais. Mais que decisões acerca do uso da força, o foco passa a ser a busca da “paz por meios pacíficos” (WALLENSTEEN, 2001, p.7).

Sendo um campo distinto da área tradicional de estudos estratégicos e segurança, os EPP são também distintos do ativismo pela paz, embora ajude a construir pontes na sociedade, assim trazendo o elemento necessário e frequentemente esquecido da integração global (WALLENSTEEN, 2001, p.11). De acordo com o proeminente pesquisador Johan Galtung, não se pode estudar somente as possibilidades da paz focalizando nos conflitos internacionais ou na luta entre Estados. Para ele, há muitas linhas de fronteira cortando a humanidade, criando diferentes graus na integração e no

desejo de utilizar a violência; mas somente algumas dessas linhas são fronteiras nacionais (GALTUNG, 1964, p.2).

Tal perspectiva contribuiu para uma ontologia que liga o estudo científico sobre os processos que levam à paz com os interesses de toda a sociedade, independentemente das fronteiras nacionais. Isso faz com que o campo não olhe apenas para os desafios políticos para alcançar a paz – ou o fenômeno da guerra, centro da análise no campo de estudos estratégicos – mas também para questões como a violência, a desigualdade, justiça, reconciliação e resolução de conflitos. Ainda que a unidade de análise permaneça focalizada no âmbito do Estado em boa parte de seus estudos, ontologicamente o principal objeto de análise é a manifestação da violência. Ainda, predominantemente o campo considera importantes questões sociais e seu avanço em direção à paz – diferente de um campo não-normativo como Relações Internacionais. Além disso, como foi afirmado pelo pesquisador sobre paz nigeriano Demola Akinyoade,

(...) a erudição, a pesquisa e a prática em Estudos sobre Paz e Conflitos se concentra em certas questões fundamentais, que definem a sua ontologia e da qual questões epistemológicas, metodológicas e teóricas fluem neste campo. O mais básico destes é o que é a paz; a natureza, causas, manifestação, e dinâmica do conflito; os meios para a resolução de conflitos; a construção de uma paz sustentável (...). As questões centrais constituem as grandes áreas de investigação, gerando uma série de conceitos no campo. Alguns dos conceitos-chave próprios do campo são conflitos armados, grupos armados, resolução de conflitos, paz, consolidação da paz, manutenção da paz, pacificação, violência e guerra (...). É sobre estes conceitos-chave e suas variantes que o campo de Estudos sobre Paz e Conflitos faz suas reivindicações ontológicas (AKINYOADE, 2012, p.6-7).

Tendo em seu seio uma abordagem normativa, os EPP são considerados um campo orientado a valores com três ramos epistemológicos. Johan Galtung é instrutivo neste sentido:

*Estudos Empíricos de Paz*, baseados no empiricismo: uma comparação sistemática de teoria com a realidade empírica (dados), revisando teorias se eles não concordam com os dados – sendo os dados mais fortes que a teoria.

*Estudos Críticos de Paz*, baseado na criticidade: a comparação sistemática da realidade empírica (dados) com valores, tentando, nas

palavras e/ou na ação, mudar a realidade se ela não concorda com os valores – valores sendo mais fortes que os dados.

*Estudos Construtivos de Paz*, baseado no construtivismo: a comparação sistemática das teorias com os valores, tentando ajustar teorias para os valores, produzindo visões de uma nova realidade – valores sendo mais fortes que a teoria (GALTUNG, 1996, p.9-10).

Para Galtung estes três ramos epistemológicos devem trabalhar e dialogar de maneira conjunta, conectando dados, teoria e valores. Há um explícito relacionamento entre os três nesta definição. Os EP podem se comparar com a arquitetura ou a medicina, áreas que triangulam de maneira ímpar dados, teoria e valores. Não deve ser uma área que combina somente dois vértices deste triângulo, como a Ética ou a Teologia, que se ocupa apenas dos vértices de normas e valores. Logo, “o modelo ideal de Investigação para a Paz apresentado por Galtung correlaciona os três vértices do triângulo: valores, teoria e dados” (WIBERG, 2005, p.26-27).

A epistemologia dos EP com base nas proposições galtungianas demandam uma abordagem transdisciplinar que não é necessariamente simples de ser construída. Para trabalhar com os três ângulos é necessário ao pesquisador um esforço adicional para superar a fragmentação e aprender com múltiplas áreas do conhecimento, deixando de lado concepções binárias de quantitativo/qualitativo, moderno/pós-moderno, clássico/contemporâneo para se abrir a novos diálogos, insights e perspectivas em busca do objetivo final de compreender a paz como ausência/redução da violência de todos os tipos, como veremos mais adiante (FERREIRA, 2016). Não obstante, ainda se vê uma persistente divisão do trabalho na área, com alguns especialistas focados em dados, outros com foco no teste de hipóteses e avaliações normativas, e alguns centrados no desenvolvimento de teorias. Poucos são os generalistas como Peter Wallensteen em sua obra *Quality Peace: Victory, Peacebuilding and World Order* que combinam os ângulos de valores, teorias e dados (ver WALLENSTEEN, 2015).

Hoje, baseado na ontologia e epistemologia acima explanada, há centenas de institutos em EPP oferecendo desde cursos de extensão até o nível de bacharelado, mestrado, doutorado. Assim, é um campo que partiu de um início tímido para um empreendimento grande e bem estabelecido. Ainda que a diversidade e participação de países do Sul Global pudesse ser maior, os EPP contam hoje com um discurso em desenvolvimento que une uma considerável comunidade epistêmica ao redor do mundo,

tal como visto em espaços acadêmicos como a International Studies Association (ISA) e a International Peace Research Association (IPRA). Na seção a seguir, compreenderemos um pouco dos conceitos-chave que guiam as discussões e pesquisas dessa comunidade.

### **Conceitos centrais nos Estudos de Paz: paz, violência, guerra e conflito**

Dentro de seus pressupostos ontológicos e epistemológicos, os EP trouxeram ao longo das últimas décadas um grande volume de novas ideias, conceitos e construtos que nos auxiliam a refletir sobre a paz para além dos pressupostos iluministas, cosmopolitistas ou com base na ação política de Gandhi. Tais concepções são apoiadas pela sistematização da exploração científica sobre a condição da paz e do conflito no mundo. Na presente seção, pretende-se explorar alguns conceitos-chave nos pressupostos centrais dos EP: paz, violência, guerra e conflito.

#### *A definição de paz*

Um dos fundadores dos EPP, Johan Galtung, inovou a maneira como as ciências sociais interpretam a paz com o seu ensaio seminal publicado em 1969, “*Violence, Peace and Peace Research*”. Ainda que seja um ensaio comumente utilizado como referência para uma explicação sobre violência estrutural – conceito que examinaremos posteriormente – este ensaio vai além, ao colocar as bases do que os EPP realmente se engajam em explicar, além de uma definição sobre paz e violência que até hoje serve como base analítica. Primeiramente, ele define a ideia de paz baseado em três princípios

(...) o termo ‘paz’ deve ser utilizado para fins sociais ao menos verbalmente concordado por muitos, caso não necessariamente pela maioria; estes fins sociais podem ser complexos e difíceis, mas não são difíceis de serem alcançados; a afirmação de que paz é a ausência de violência deve ser tida como válida (GALTUNG, 1969, p. 167)

Tal concepção traz consigo implicações epistemológicas relevantes não só para o exame do pensamento galtungiano, como também para os EPP como um todo. Primeiro, a ideia de paz para Galtung tem um caráter fortemente normativo e orientado a valores (*value-oriented*). Quando se coloca que a paz deve ser usada para se alcançar

fins sociais concordados por muitos, Galtung segue o pressuposto de que a paz é necessária para a sociedade alcançar alguns de seus fins. E isso, por sua vez, implica que a paz deve ser vista tanto como fim social como também um meio para alcançar uma almejada justiça social, deixando assim de ser meramente uma ideia utópica. Conseqüentemente, por mais que haja complexidade em alcançar tal ideal, ele é factível de serem alcançados se os entes sociais se debruçarem em reduzir a violência, variável possível de ser mensurada e controlada. A violência, por sua vez, seria o oposto da paz, e não a guerra, como comumente disseminado. Assim,

a definição de paz torna-se em grande parte uma estratégia científica. Ela pode partir da linguagem comum de não ser concordado ‘pela maioria’ (consenso não é requerido), mas ainda não deve ser totalmente subjetiva (‘concordada por muitos’). Ela deve representar um estado de coisas que não é utópico (‘não é difícil de se alcançar’), ainda que não esteja imediatamente na agenda política (‘complexa e difícil’). E ela deve imediatamente dirigir a atenção aos problemas que estão na agenda política, científica e atual de hoje e de amanhã (GALTUNG, 1969, p. 167).

Diferentemente do comumente aceito até então de que paz seria simplesmente a ausência de guerra, Galtung inova ao prover a conceituação de que a *paz significa a ausência/redução de violência de todos os tipos, bem como a transformação não violenta e criativa do conflito* (GALTUNG, 1996, p.9). Sendo a paz ausência de violência, os EPP diferem das Relações Internacionais e da Ciência Política, já que segue para um caminho transdisciplinar que busca investigar a paz em múltiplas dimensões, em oposição ao estudo somente do fenômeno da guerra.

Assim, a concepção de paz não se restringe à paz interestatal. Ela vai além, ao considerar a paz um conceito que abarca diferentes esferas da sociedade e que deve ser assim ampliado para a compreensão de fenômenos violentos em diferentes níveis de análise. Isto implica a necessidade de se conceber paz como um conceito iminentemente social, e não necessariamente restrito ao ambiente internacional. Sob esta perspectiva, o estudioso da paz não se engaja somente em compreender a guerra, mas também outros processos violentos e conflitos da sociedade. Esta concepção moderna de paz entende que ela é mais do que o simples estudo da guerra e sua superação. A guerra é somente um tipo de violência dentre milhares existentes na sociedade contemporânea.

Dentro deste debate, a paz se desdobra em duas tipologias: a **paz positiva**<sup>3</sup> e a **paz negativa** (GALTUNG, 1969). A paz negativa consiste na ausência de **violência direta**. Por sua vez, a violência direta pressupõe a existência clara de um sujeito executor de ato que não só impeça um indivíduo ou sociedade de alcançar algo, mas também busca causar danos ou destruição aos mesmos (GALTUNG, 1969, *passim*). Os meios de violência direta são numerosos, e vão desde o ataque pessoal com armas brancas até a destruição coletiva com armas de guerra. Exemplificando, o fim de uma guerra interestatal configura o cessar da violência direta entre grupos beligerantes e, por sua vez, resultaria na paz negativa; um cessar-fogo entre dois grupos beligerantes dentro de um estado também se enquadraria nesta reflexão. Da mesma maneira, a ausência e abdicção do uso de instrumentos como armas entre grupos inimigos seria uma manifestação de ausência de violência direta, e conseqüentemente, de obtenção da paz negativa.

Porém, a ausência de violência direta pode se dar de maneira imposta por determinado ator político ou por atores não-estatais através de formas diversas de opressão econômica e política. Assim, torna-se importante a definição do conceito de paz positiva<sup>4</sup>. A paz positiva pressupõe a ausência ou redução de **violência estrutural**. Isto significa uma busca constante por qualidade de vida, crescimento pessoal, liberdade, igualdade social, equidade econômica, solidariedade, autonomia e participação (GALTUNG, 1973, p.354-358). Ou seja, a ausência de violência estrutural pressupõe altos padrões de justiça social em uma dada sociedade.

<sup>3</sup> Charles Webel e David Barash lembram que “muitas tradições culturais e espirituais identificaram objetivos políticos e sociais mais próximos da paz positiva do que da negativa. Na antiga Grécia, o conceito de *eireinei* (...) denota harmonia e justiça, bem como paz. Similarmente, o árabe *salaam* e o hebraico *shalom* dão a conotação não somente da ausência de violência como também da presença de bem-estar, totalidade e harmonia dentro de si, numa comunidade ou entre todas as nações e povos. A palavra em sânscrito *shanti* se refere não somente a paz, mas também a tranquilidade espiritual, integração com os modelos interior e exterior do ser, tal como o substantivo chinês *ping* denota harmonia e realização da unidade na diversidade. No russo, a palavra *mir* significa paz, uma vila comunitária ou todo o mundo (BARASH & WEBEL, 2000, p.8)”.

<sup>4</sup> Embora Galtung tenha sistematizado o conceito, a história da filosofia e da religião traz diversos exemplos de percepções de paz próximos à ideia de paz positiva. Como explicado por Ho-Won Jeong, “por milhares de anos (...) a visão de paz das tradições religiosas às ideias filosóficas modernas encoraja um estilo de vida baseado na não violência e na vivência comunal” (JEONG, 2000, p.9). Ainda, a ideia foi aperfeiçoada no ensaio seminal de 1969, dado que no editorial da primeira edição do *Journal of Peace Research* ele já fala sobre essa definição de paz (GALTUNG, 1964, p.2). As principais influências para pensar paz com dois subtipos vêm de uma análise crítica dos trabalhos de Quincy Wright e Hermann Schmid (cf. WRIGHT, 1962; SCHMID, 1968).

Dentro desta definição de paz, torna-se central compreender os pormenores de seu antônimo, a violência. A próxima subseção é dedicada a esse conceito.

*Compreendendo os pormenores do conceito de violência*

Galtung define que violência é a causa da diferença entre o potencial e o realizável, entre o que poderia ter sido e é (GALTUNG, 1969). Por exemplo, se uma pessoa falece jovem com uma doença como tuberculose no século XVIII é difícil dizer que isso seja violência, mas se o mesmo acontece nos dias atuais com os recursos que hoje dispomos, isso se configura como violência dentro da perspectiva galtungiana. Ou seja, quando o potencial é mais alto do que o realizável e este por sua vez é evitável, então configura-se a violência (GALTUNG, 1969, p. 168-169). Por sua vez, a violência em si pode ser compreendida através de uma taxonomia que prevê duas subdivisões: direta/pessoal e indireta/estrutural. Neste debate,

Enquanto o foco na violência *direta* levaria para a análise das capacidades e motivações dos atores internacionais e intranacionais, com esforços em criar *instituições* que possam prevenir então o exercício da violência (e assim punindo os que o fazem), o foco na violência *estrutural* levaria a uma análise crítica das estruturas prenes de violência [...]. Uma transformação básica da estrutura é comumente referida como uma *revolução*, então esta é uma perspectiva mais aberta entre os radicais assim como a perspectiva institucional é mais bem-vinda aos liberais/conservadores. Novamente, a atitude aqui é de ambas/e e não uma questão de e/ou[...] (GALTUNG, 1985, p.146)

Depreende-se, das citações acima, que violência não pode ser considerada somente como o uso de ferramentas ou do corpo com o fim de ferir alguém, como comumente se compreende o significado do termo. Esta última seria só uma vertente de violência que se pode intitular direta/pessoal. A ideia de violência estrutural, por sua vez, é um importante desenvolvimento nos EPP introduzido por Galtung para a compreensão das bases de uma violência indireta que vitima milhares de pessoas e são um obstáculo para o fim do sofrimento humano.

A violência estrutural tem o arquétipo da exploração e seus impactos na expectativa de vida como ponto central. Há dominadores – ou 'topdogs', utilizando o termo de Galtung – que obtém mais benefícios da estrutura do que outros, os oprimidos



– ou 'underdogs' (GALTUNG, 1985, p.145)<sup>5</sup>. Os oprimidos (*underdogs*) podem de fato ser tão prejudicados que eles morrem (de fome, definham com doenças) devido à exploração. Ou eles podem ser deixados em estado de permanente e não desejada miséria, usualmente incluindo desnutrição e doenças (GALTUNG, 1990, p.293). Em resumo, a violência estrutural seria o

contexto dentro do qual indivíduos podem fazer enormes danos para outros seres humanos sem mesmo pretender, somente levando a cabo seus deveres regulares de um trabalho definido na estrutura (...). A violência estrutural é então vista como um dano não intencional a outros seres humanos (...) como um processo que funciona lentamente como é a miséria em geral, a fome em particular, e que erodem e finalmente matam seres humanos (GALTUNG, 1985, p.145).

A mensuração da injustiça social nos permite identificar esta forma de violência que muitas vezes passa despercebida, mas que vitimiza milhares de pessoas diariamente. Em um contexto de desigualdade, Galtung sugere que se questione: que fatores outros além da violência direta suportam uma condição de desigualdade? Desafiado com essa questão, o pesquisador deve saber os elementos das ciências sociais que explicam as estruturas sociais, da mesma maneira que a perspectiva militar e estatocêntrica avaliam a violência direta (GALTUNG, 1969, p.175). Além disso, não é o bastante mensurar a violência somente a partir do número de mortes, mas é necessário também considerar outros fatores tais como o quanto a expectativa de vida diminui devido à presença da violência estrutural (cf. GALTUNG & HOIVIK, 1971; KÖLHER & ALCOCK, 1976; FARMER, 2004).

Posteriormente, o pensador norueguês afirmaria que os conceitos de violência direta e estrutural se complementam com a ideia de violência cultural. Este conceito seria desenvolvido posteriormente, dado que o autor compreende que nem a conceituação de violência direta, nem a de violência estrutural, explicaria uma tipologia

<sup>5</sup> Embora os termos “exploração”, “dominadores” e “dominados” lembrem os pressupostos do marxismo, Johan Galtung clarificou que seu conceito de violência estrutural não está enraizado numa demanda por ação revolucionária e nem acredita que as dinâmicas históricas são puramente motivadas pela necessidade de expansão dos mercados. Seguramente, o marxismo tem uma influência em suas visões como aconteceu com vários acadêmicos que viveram intensamente o período da Guerra Fria, porém como explicado por Galtung: “o conceito de ‘violência estrutural’ nasce desse encontro [com o marxismo], mas é profundamente inspirado pela abordagem de Gandhi ao mesmo assunto, embora ele não tivesse usado o termo. Por um longo tempo eu tentei me liberar de uma perspectiva orientada ao ator como é muito visto nas ciências sociais ocidentais (...)” (GALTUNG, 1985, p. 145).



relacionada com símbolos culturais. Como definido pelo próprio autor (GALTUNG, 1990, p. 291),

Por violência cultural nos referimos a aqueles aspectos da cultura, da esfera simbólica de nossa existência – exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) – que pode ser usada para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural. Estrelas, cruzes e crescentes; bandeiras, hinos e paradas militares; onipresença do retrato do líder; discursos inflamados e pôsteres – tudo isso vem à mente [no conceito de violência cultural]<sup>6</sup>.

Colocadas em conjunto, as três tipologias de violência de Galtung podem ser representadas como um triângulo em que os ângulos se conectam e se complementam dentro de um círculo vicioso. Na prática eles se complementam e coexistem, já que muitas vezes a violência estrutural desemboca em violência direta, ou a violência cultural se constitui em violência estrutural e assim por diante.

Não obstante, há diferenças na relação de tempo entre os três conceitos. Violência direta é um evento, violência estrutural é um processo de altos e baixos e a violência cultural é invariável e permanente (GALTUNG, 1990, p.294). A luta para superar a “permanência” – entre aspas pois a expectativa é que a permanência seja superada – da violência cultural é desafiadora, mas necessária. Distinções com base no gênero, raça e nação justificam e legitimam a violência direta e estrutural, sendo necessário superar essas difíceis barreiras que impedem o avanço social.

Não obstante a inovação conceitual que Galtung proporcionou, sua definição de violência em três tipologias não é ausente de críticas (cf. BOULDING, 1977). Basicamente, quatro argumentos são reivindicados pelos críticos do construto teórico de violência em Galtung. Primeiro, é argumentada a dificuldade de tornar o conceito operacional em um contexto de pesquisa, dado que ele é demasiado amplo. Segundo, há a defesa de que ainda que se tornasse operacional, ele não seria válido por ser enraizado em valores, fato que impactaria na objetividade científica. Terceiro, o extensivo uso de metáforas confunde a atenção ao problema real das estruturas que levam à violência. E

<sup>6</sup> Ideia similar é desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu conceito de *violência simbólica*. No entanto, seu conceito difere do de violência estrutural em termos de aplicabilidade e campo. Enquanto Galtung está preocupado exclusivamente em compreender a violência como um desafio para alcançar a paz, Bourdieu está considerando de uma maneira ampla a questão do poder dentro da sociedade. Para mais sobre o assunto, ver BOURDIEU (1989).

quarto, o termo não parece ir além das teorias da estratificação social e suas bases (WEIGERT, 1999, *passim*).

Uma obra contemporânea de destaque que traz um avanço conceitual na compreensão desta problemática é *Quality Peace: Peacebuilding, Victory and World Order*, escrita por Peter Wallensteen (2015). Ali o autor sugere a ideia de qualidade da paz (*quality peace*), sendo este um conceito que visa quebrar a dicotomia de paz negativa versus paz positiva. Qualidade da paz pressupõe que a paz tem uma qualidade particular além da ausência de guerra, definido em termos de segurança, dignidade e previsibilidade. Assim, em vez de pensar paz negativa e paz positiva, Wallensteen vê que primeiro se alcança a paz negativa e depois se pode mensurar a qualidade da paz através do quanto há segurança e garantia da integridade para as partes antes em conflito, o quanto a dignidade delas em termos de direitos humanos é garantida e da medida em que se pode prever que o conflito não voltará a ocorrer.

Embora compreenda um avanço teórico-conceitual importante na área de EP, as proposições de Wallensteen são muito focalizadas no fenômeno do conflito armado (seja ele interestatal, intraestatal para controle territorial ou intraestatal para controle governamental). Resta saber se seu construto analítico pode abranger o exame de sociedades em conflito sem a configuração da guerra e igualmente sem a paz, como são as democracias latino-americanas assoladas pela criminalidade organizada, os países do Oriente Médio vítimas constantes do terrorismo ou as nações africanas com altos índices de mortalidade devido à extrema pobreza. Longe de ser uma fraqueza de seu estudo, isso mostra o quanto o exame científico da paz é uma tarefa complexa que exige constantes reexames e análises dos que a ela se dedicam.

Algumas das críticas acima encontram sua consistência, enquanto outras são questionáveis a depender do referencial de ciência ou os pressupostos epistemológicos que o analista defende. No entanto, o termo encontra seu mérito justamente por alargar o foco da violência indo da atitude proporcionada pela violência cultural até à estrutura. Isto provê uma mudança que vai além do comportamento do indivíduo ou do grupo beligerante promotor da violência e desembarca em uma compreensão holística dos desafios para se alcançar a paz na sociedade atual. Adicionalmente, o conceito leva a uma discussão sobre as transformações sociais necessárias para eliminar a violência estrutural. Finalmente e o mais importante, “com o conceito de violência estrutural, a

ligação entre justiça e paz torna-se central e a questão da ação não-violenta essencial. Aqui, conceitos tais como interdependência, solidariedade e consciência” motivam o trabalho pela paz, bem como demandam uma urgência na construção de uma cultura de paz (WEIGERT, 1999, p.438-439)<sup>7</sup>.

Por consequência e não menos importante, o arcabouço teórico de paz e violência explicado até aqui também se relaciona com as teorias do desenvolvimento. Ele abarca uma ideia de que a busca pela paz serve de baluarte para investigar maneiras de controlar e reduzir a violência direta (busca da paz positiva) – como nas guerras, genocídios, dentre outros –, mas também para pesquisar como promover o desenvolvimento e a justiça social em um mundo desigual (busca da paz positiva).

#### *As definições de conflito nos Estudos para a Paz*

Para além das conceituações sobre paz e violência acima explanadas, pensados dentro do que chamamos de EPP, a ideia de focalizar nos conflitos permitiu a abertura de um campo distinto denominado Resolução de Conflitos (*Conflict Resolution* - CR) – que posteriormente também foi denominado Transformação de Conflitos (*Conflict Transformation* - CT). Embora haja conexões entre CR e EPP, estes se desenvolveram como campos distintos, daí a influência diferente nas definições e o uso mais preciso da ideia de conflito em CR (ver mais em DAHL, 2012). Não obstante, muitas vezes EPP e CR/CT é colocado como um mesmo campo denominado Estudos de Paz e Conflitos.

A ideia do que é conflito e o debate sobre sua resolução também evoluem com o advento e a sistematização dos EPP. De algo visto essencialmente a partir do viés estatal, na qual a preocupação precípua é o conflito enquanto guerra, os EPP ampliam a discussão para olhar o conflito de maneira mais ampla, abarcando também os elementos inter e intra-sociais do conflito. De acordo com Grotten e Jansen (1981),

Conflito (...) indica uma situação dentro do sistema social em que objetivos irreconciliáveis de cada um lutam pelo domínio do outro. Isto mostra que os conflitos se originam da oposição de interesses nos sistemas intra-sociais e inter-sociais. Há concretas razões entre

<sup>7</sup> Não obstante as críticas, a ideia de violência estrutural continua como um importante referencial nos EP e também em outras áreas do conhecimento. Para mais sobre os debates atuais na temática, ver DILTS (2012), ALBRECHT (2008) e MULLEN (2015).

indivíduos e grupos. Entre as causas está a distribuição desigual de bens materiais e chances educacionais.

Dentro desta perspectiva, o conflito não é restrito à guerra. Ele deve ser compreendido como um triângulo de três vértices compreendidos pelas: atitude/suposições (A), compreendidas pela percepção que as partes em tensão têm umas das outras; comportamento (B), na qual pode haver uma hostil violência ou conciliação, como também cooperação ou coerção e ameaça; e a contradição (C), sendo esta a conjuntura estrutural do conflito que abrange a incompatibilidade dos objetivos dos atores (cf. GALTUNG, 1996, p.70-73; RAMSBOTHAM et.al., 2005, p. 9-10).

Lidar com esse conflito significa lidar com os três tipos de violência acima listados. Logo, o fim do comportamento violento significa o fim da violência direta. Já o fim das contradições estruturais seria o mesmo que o fim da violência estrutural. Por fim, a diminuição das tensões em termos de atitudes e suposições passa pela compreensão da violência cultural. Não obstante, é importante ressaltar que o conflito é natural e pode contribuir para o avanço da sociedade, embora o mesmo não necessariamente se possa dizer quanto a violência.

Posto isto, a resolução de um conflito pode se dar tanto para parar um estado de violência como para preveni-la. Embora seja um dos críticos mais bem fundamentados do pensamento de Johan Galtung, o economista Kenneth Boulding afirma que as explicações daquele estão entre uma das mais importantes contribuições sobre a teoria do conflito. Para além da conceituação acima explanada, o pensador norueguês pressupõe que haveria dois tipos de resolução de conflitos: associativa e dissociativa. Como explica Boulding (1977, p. 82-83),

soluções associativas envolvem algum tipo de acordo, alguns deles fundindo identidades das partes em conflito, talvez em alguma estrutura ou organização hierarquicamente superior, para que o conflito se funda por assim dizer na vontade geral maior. Soluções dissociativas são aquelas que envolvem propriedades ou fronteiras, boas cercas fazendo bons vizinhos, mantendo-os longe um do outro (...). Galtung não rejeita as soluções dissociativas em princípio, mas ele claramente tem uma forte parcialidade em favor das soluções associativas.

Do que se analisa acima, logo se pode depreender que conflito não é nos EPP necessariamente um sinônimo de guerra. Guerra é um tipo de violência dentre as muitas que podem ser analisadas pelos EPP. É somente um vértice de um todo mais complexo, que envolve atitudes e contradições a serem igualmente superadas. Por consequência, conflito é algo mais amplo relacionado a dificuldade de conciliação de objetivos por parte de dados atores.

Esta dificuldade de conciliação pode ser endereçada de diferentes maneiras. Ele pode ser simplesmente gerenciado (*conflict management*), em que se pressupõe aqui tão somente sua contenção ou assentamento (*settlement*). Uma outra maneira de lidar com o conflito seria através de sua resolução (*conflict resolution*), uma terminologia mais completa que pressupõe lidar com as fontes do conflito, implicando que o comportamento não seja mais violento, atitudes não sejam mais hostis e a estrutura do conflito mude (RAMSBOTHAM et.al., 2005, p. 29). Por fim, uma maneira mais ampla e complexa de lidar com o conflito é a transformação do mesmo (*conflict transformation*), entendido aqui como um passo além da resolução de conflitos que implica uma mudança radical nas instituições e discursos que propagam a violência, desembocando finalmente em um processo de reconciliação (RAMSBOTHAM et.al., 2005, p.29). A completude de um processo de transformação de conflitos é resumido por John Paul Lederach. Para ele,

a transformação de conflitos é precisa porque estou empenhado em esforços de mudança construtiva que incluem, e vão além, da resolução de problemas específicos. É uma linguagem cientificamente sólida porque se baseia em duas realidades verificáveis: o conflito é normal nas relações humanas e o conflito é um motor de mudança. A transformação fornece uma visão clara e importante, porque traz em foco o horizonte para o qual caminhamos - a construção de relacionamentos e comunidades saudáveis, local e globalmente. Esse objetivo exige uma mudança real em nossas formas atuais de relacionamento (LEDERACH, 2014, p. 12)

Aprofundando sobre o tema em outra obra, John Paul Lederach argumenta em “Building Peace” que construir a paz nos conflitos atuais demandam um “comprometimento de longo prazo em estabelecer infraestrutura através de todos os níveis da sociedade, uma infraestrutura que empodera os recursos para a reconciliação e dentro da sociedade e maximiza a contribuição de fora” (LEDERACH, 1997, p. xvi).

Dentre estes níveis propostos por Lederach, pressupõe-se que a resolução e transformação do conflito deve envolver os níveis locais, nível médio e os líderes máximos de uma sociedade. Na base local, líderes das bases podem apoiar comissões locais de paz. Líderes no meio desta estrutura social podem ter a responsabilidade de servir de ponte entre as bases e as lideranças máximas, fazendo com que a resolução e transformação do conflito envolva todos os níveis de uma sociedade assolada por um conflito (RAMSBOTHAM et.al., 2005, p. 23-24).

Ao dialogar esses pressupostos sobre o conflito com o conceito de paz, pode-se dizer uma atenção mais focalizada na paz negativa usualmente traz uma ênfase na manutenção da paz (peacekeeping) ou restauração da paz. Já a ideia de paz negativa pressupõe um foco na construção da paz (peacebuilding), com o estabelecimento de estruturas sociais não exploratórias mesmo quando a guerra não é mais iminente. Logo, em um contexto de conflito a paz negativa passa a ser um objetivo mais conservador, já que a ideia é parar a violência direta mantendo as coisas iguais ou similares do que foi antes do conflito, enquanto que a paz positiva é mais ativa e ampla ao implicar a criação de algo que até então não existe (BARASH & WEBEL, 2008, p.8).

Um problema que permanece é a abstração da ideia de paz positiva e sua aplicação em um contexto de conflito armado. Afinal como mensurar o quanto é necessário de justiça social ou emancipação para dar fim ao conflito, por exemplo? Dado que a plenitude da paz é em teoria um fim imensurável e difícil de ser alcançado, como compreender se um conflito foi além da cessação da violência direta para também caminhar rumo a superação das violências estrutural e cultural?

### **Considerações finais**

Nas páginas anteriores, buscou-se dar um panorama de alguns conceitos centrais para a compreensão dos EPP, assim como discutir o desenvolvimento histórico do conceito de paz. Em um primeiro momento, vimos que a ideia de paz avançou historicamente no Ocidente e no Oriente através de diferentes correntes, que vão desde a conexão de paz com correntes religiosas até os debates proporcionados pelo Iluminismo e o pensamento do Mohandas Gandhi.

Após um fluxo constante e frutífero de ideias e suposições acerca da paz, um campo do conhecimento para o exame específico do tema surge no contexto de Guerra

Fria, na qual a tensão e o temor de outro conflito mundial preocupavam uma gama de cientistas sociais ao redor do mundo. Dali surgem os pressupostos epistemológicos e ontológicos, fortemente influenciados pelo pensamento de um dos fundadores do PRIO, o sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung. Suas ideias sobre o que é paz, violência, conflito e guerra até hoje permeiam o debate dos EPP, sejam essas discussões em concordância ou visando criticamente avançar com base nos construtos teórico-conceituais consolidados. Esse debate continua em constante e frutífera evolução, como se vê na obra recente de Peter Wallensteen (2015) ao buscar superar a abstração da ideia de paz positiva e proporcionar parâmetros mais claros para compreender a paz após o fim da violência direta em um conflito armado.

Cabe salientar aqui que este capítulo buscou dar apenas uma base geral de como evoluiu a discussão sobre a paz e os conceitos elementares dos EP. Há outros tantos debates neste campo que serão objeto de análise pormenorizada nas páginas posteriores, tais como manutenção da paz (*peacekeeping*), imposição da paz (*peace-enforcement*), construção da paz (*peace-building*), cultura de paz, educação para a paz e operações de paz – somente para citar alguns dos temas importantes que são objeto de estudo na área e nesta obra.

Vale citar aqui para reflexão final as palavras de Kenneth Boulding sobre a importância dos EPP. Este importante economista e pioneiro no campo, fundador do *Journal of Conflict Resolution* e crítico de Johan Galtung – embora ambos mantivessem um diálogo de respeito e admiração mútua até o passamento de Boulding em 1993 –, resume o quão importante é conhecer as bases do campo para o avanço da transformação social através das ciências sociais:

O que Galtung tentou fazer com os conceitos de violência estrutural e paz positiva foi expandir o conceito de pesquisa para a paz dentro de uma ciência normativa geral. Em princípio isto me parece uma contribuição muito importante e poderia bem ser que um dos mais importantes frutos do movimento de pesquisa para a paz seja precisamente sua expansão dentro de um movimento geral de ciência normativa, o que trataria em si não somente da paz e da guerra, ou mesmo da violência, mas com todas as mazelas que afligem a raça humana, e que envolvem uma maneira ordenada de pensar sobre essas coisas na esperança de uma intervenção normativa com maior sucesso. Muitos danos têm sido feitos com a motivação de se fazer o bem e está claro que uma boa ciência normativa é algo da mais alta prioridade. Dentro disto, o estudo da paz e da guerra no sistema internacional, e o problema mais amplo da violência pessoal e de grupo, formam importantes subsistemas (BOULDING, 1977, p. 85).

São justamente esses subsistemas levantados por Boulding (1977) que esta obra tenta explorar, em uma tentativa de fornecer para a academia brasileira uma base conceitual e teórica para os EPP permeada com estudos de caso de relevância para este campo do conhecimento. Diante de uma simplificação da realidade dos conflitos, muitas vezes enxergados puramente pelos laços do Estado, ampliar o escopo de análise e trazer a violência como objeto analítico se torna uma tarefa de mais alta importância.

### Referências

AKINYOADE, Demola. **Ontology and Epistemology for Peace and Conflict Studies**, Trabalho apresentado na International Conference on the Security Sector and Conflict Management na Nigeria, Institute of African Studies, Abadan, Nigeria, 2012.

BARASH, David & WEBEL, Charles. **Peace and Conflict Studies**. Sage Publications: London, 2002.

BOULDING, Kenneth. 'Twelve Friendly Quarrels with Johan Galtung', **Journal of Peace Research**, 14(1), pp. 76-86, 1977.

BOURDIEU, Pierre. 'Social Space and Symbolic Power', **Sociological Theory**, v. 7, n. 1, 1989, p. 18-26.

DAHL, Elizabeth S. 'Oil and Water? The Philosophical Commitments of International Peace Studies and Conflict Resolution', **International Studies Review**, 14, 2012, 240–272.

DILTS, Andrew. 'Revisiting Johan Galtung's Concept of Structural Violence', **New Political Science**, 34(2), pp.191-194, 2012.

FARMER, P. 'An Anthropology of Structural Violence', **Current Anthropology**, 45(3), 2004.

FERRAZ, Carlos Adriano. "Quando Ética e Política se encontram: Kant, o Projeto de 'À Paz Perpétua' e as bases para um 'Direito dos Povos'". **Dissertatio**, UFPel, n.34, 2011.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. "A transdisciplinaridade nos Estudos de Paz". **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, n. 103, 2016a. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2016/03/30/a-transdisciplinaridade-nos-estudos-de-paz-por-marcos-alan-s-v-ferreira/>>. Acesso em: 04 Jun. 2016.

GALTUNG, Johan & HÖIVIK, T. "Structural and Direct Violence: A Note on Operationalization", **Journal of Peace Research**, 8(1), pp.73-76, 1971.

GALTUNG, Johan. 'Cultural Violence', **Journal of Peace Research**, 27(3), August, 1990.

\_\_\_\_\_. 'Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses', **Journal of Peace Research**, 22(2), pp.141-158, 1985.



\_\_\_\_\_. 'Violence, Peace and Peace Research', **Journal of Peace Research**, 6 (3): 167-191, 1969.

\_\_\_\_\_. "Editorial", **Journal of Peace Research**, n.1, p.2, 1964.

\_\_\_\_\_. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. Oslo/London: PRIO/Sage, 1996.

GROTTEN, Hubert and JANSEN, Jürgen (1981) 'Interpreters and Lobbies for Positive Peace', **Journal of Peace Research**, 18(2), pp.175-181.

Jeong, Ho-Won. **Peace and Conflict Studies: an introduction**. Burlington, VT: Ashgate, 2000.

KANT, Immanuel (1795) **Perpetual Peace**. Available in: <https://books.google.com.br/books?id=UyMCkeBdcMkC>.

KÖHLER, Gernot and ALCOCK, Norman. 'An Empirical Table of Structural Violence', **Journal of Peace Research**, 13(4), pp. 343-356, 1976.

KUHLMANN, Paulo & FERREIRA, Marcos Alan. "Paz". In: Winand, Erica (org.) **Dicionário de Segurança e Defesa**. No prelo, previsão de lançamento em 2017.

LEDERACH, John Paul. *Building Peace*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 1997.

LEDERACH, John Paul. *Little Book of Conflict Transformation: clear articulation of guiding principles by a pioneer in the field*. New York: Good Books, 2014.

MULLEN, Matthew. 'Reassessing the focus of transitional justice: the need to move structural and cultural violence to the centre', **Cambridge Review of International Affairs**, 28(3), pp. 462-479, 2015.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIALL, H. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity, 2005

SAINT-PIERRE, M. L'Abbe, PACE, Roderick, DEPASQUALE, Carmen & VAN DE DUNGEN, Peter. **An Abridged Version of the Project for Perpetual Peace**. Midsea: Valetta, 2008.

SCHMID, H. 'Peace Research and Politics', **Journal of Peace Research**, 5(3), pp.217-232, 1968.

SCHNABEL, Albrecht. 'The Human Security Approach to Direct and Structural Violence', In: **SIPRI Yearbook 2008: Armaments, Disarmament and International Security**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SOROKIN, Pitirim A. **Social and Cultural Dynamics. Volume Three. Fluctuations of Social Relationships, War and Revolution**. New York: American Book Company, 1937.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. **Cosmopolitanism**. 2013. Available in: <http://plato.stanford.edu/entries/cosmopolitanism/>. Access: April 11th 2015.

WALLENSTEEN, Peter. 'The Growing Peace Research Agenda', **Kroc Institute Occasional Paper #21**, Op.4, South Bend: Univ. of Notre Dame, 2001.

\_\_\_\_\_. **Quality Peace: Peacebuilding, Victory & World Order**. Oxford : Oxford, 2015.

WEIGERT, Kathleen Maas. 'Structural Violence'. In: Kurtz, Lester (ed.) **Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict (vol. 3)**. Fairfax: Academic Press, 1999.

WIBERG, Hakan. 'Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro', **Revista Crítica de Ciências Sociais** (Lisbon), 71, 2005.

WRIGHT, Quincy. **A Study of War**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

YOUNG, Nigel. 'Concepts of Peace: From 1913 to the Present', **Ethics & International Affairs**, 27 (2), 2013.